



1 SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
2 SECRETARIA EXECUTIVA
3 COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS –
4 CONAPORTOS

5
6 Centro Empresarial VARIG Setor Comercial Norte – SCN, Quadra 04 Bloco “B” Edifício Varig – Pétala
7 “C”, Mezanino – CEP: 70714-900
8 Telefone: (61) 3411-3943 FAX 3328-5302
9

10
11 **Dia:** 17/03/2014 – **Horário:** 10h20 às 12h20
12

13
14
15 **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA**
16 **COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS –**
17 **CONAPORTOS**
18

19 Às dez horas e vinte minutos do dia dezessete de março, de dois mil e quatorze, na
20 Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), no Setor Comercial Norte,
21 Quadra 04 Bloco “B” Edifício Varig - Pétala “C” Mezanino, Asa Norte, na cidade de
22 Brasília/DF foi dado início à 7ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional das
23 Autoridades nos Portos – CONAPORTOS, sob a Coordenação do Sr. Eduardo Xavier.
24

25 A reunião contou com a presença dos seguintes integrantes da CONAPORTOS: pela
26 Secretaria de Portos da Presidência da República, o Coordenador Eduardo Xavier e o
27 suplente Rogério de Abreu Menescal; pela Casa Civil da Presidência da República,
28 Angelino Caputo e Oliveira; pelo Comando da Marinha do Ministério da Defesa, o
29 Suplente Contra-Almirante Luis Antonio Mancloro de Malafaia; pelo Ministério da
30 Fazenda, o representante Gilberto Tragancin; pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e
31 Abastecimento, o representante Marcos Eielson Pinheiro de Sá, do Sistema de
32 Vigilância Agropecuária Internacional-VIGIAGRO; pelo Ministério da Saúde, Juliana
33 de Melo Couto de Almeida da Agência de Vigilância Sanitária-ANVISA; pelo
34 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o suplente André
35 Favero; pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o suplente Otto Burlier;
36 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários-ANTAQ, Fernando José de Pádua
37 Costa Fonseca; bem como convidados e assessores dos órgãos integrantes da Comissão.
38 Estiveram ausentes, os membros representantes do Ministério da Justiça.

39 A reunião também contou com a participação do Secretário Executivo do Ministério dos
40 Transportes, Sr. Miguel Masella.
41

42 **1. ABERTURA**

43 1.1 O **Coordenador da CONAPORTOS** deu início aos trabalhos cumprimentado a
44 todos e lendo a pauta que conduziu os trabalhos. Justificou a ausência do
45 Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência
46 da República, Antonio Henrique Pinheiro Silveira, que acompanhava a posse dos novos
47 Ministros no Palácio do Planalto. Informou que, em breve, será marcada a data para
48 participação do setor privado na reunião da CONAPORTOS.

49

50

2. APRESENTAÇÃO

51

52

2.1 Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR

53

2.1.1 Palestrante: Sr. Fábio Pariolin – Coordenador Geral de Revitalização e Desenvolvimento Intersetorial da SEP/PR

54

Tema: Guarda Portuária

55

56

2.1.2 Palestrante: Sr. Luis Cláudio S. Montenegro - Diretor do Departamento de Informações Portuárias da SEP/PR

57

Tema: Porto Sem Papel e Escoamento Safra

58

59

60

3. DESENVOLVIMENTO

61

62

3.1 Guarda Portuária

63

64

3.1.1 O Coordenador Geral de Revitalização e Desenvolvimento Intersetorial da SEP/PR, Fábio Pariolin, falou da necessidade de se regulamentar a guarda portuária. Necessidade essa, que surgiu com a regulamentação da nova legislação, que trouxe um novo entendimento em que a organização da guarda portuária é de competência da Administração Portuária e a regulamentação é de competência do órgão concedente, no caso a SEP.

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

3.1.2 O **Coordenador da CONAPORTOS** destacou que, devido a grande diversidade de tamanhos e necessidades dos portos brasileiros, a SEP deve publicar uma portaria que regulamenta os requisitos mínimos e a estrutura mínima de planejamento, tratando não apenas como guarda portuária, mas como unidade de segurança, garantindo capacitação e mais estrutura de trabalho. A SEP tem conversado com as Autoridades Portuárias e com os Sindicatos, no intuito de chegar a um ponto comum à ambas as partes.

94

95

96

97

98

99

3.1.3 O Sr. Gilberto Tragancin, **Receita Federal**, registrou a necessidade de se levar em consideração, no momento da regulamentação da segurança portuária, a precedência constitucional do controle aduaneiro. Uma vez que a RFB, também, exerce atividade de vigilância nas unidades portuárias e que essa estruturação da guarda portuária não ofereça algum tipo de obstáculo ao exercício da atividade que já vinha sendo feito pelo órgão.

3.1.4 O representante da **Marinha**, Contra-Almirante Malafaia, destacou que, por ser a primeira vez que o Ministério da Defesa participa das discussões sobre guarda portuária, apenas na próxima reunião, poderá apresentar a posição do órgão sobre o tema.

3.1.5 O Sr. Fernando Fonseca, **ANTAQ**, sugeriu, como encaminhamento, tendo em vista o debate sobre a regulamentação da guarda portuária, que seja realizado um mapeamento das atividades já exercidas pelos órgãos intervenientes, de modo que esse estudo identifique se a medida afetará ou não o que já vem sendo feito nos portos e, assim, embasar futuras discussões sobre o tema.

92

93

94

95

96

97

98

99

3.2 Porto Sem Papel

3.2.1 Sobre o Programa Porto Sem Papel, o Sr. Luis Cláudio Montenegro falou da importância de sair da reunião da CONAPORTOS com uma agenda das consultorias disponíveis junto aos órgãos que compõem a Comissão Nacional, para então levantar quais processos devem se discutir e quais medidas serão adotadas. Sugeriu que seja dado como encaminhamento a criação de um Cronograma inicial de reuniões com as consultorias de cada órgão.

100
101 3.2.2 Sobre o assunto o Sr. Valter Correia, **Ministério do Planejamento, Orçamento e**
102 **Gestão**, lembrou que no início de 2013, o órgão promoveu oficinas com todos os
103 ministérios, no intuito de identificar os processos críticos, em três frentes: 1) Para o
104 Cidadão (identificar quais os processos que o ministério pode melhorar para atender o
105 cidadão); 2) Processos críticos e importantes para a competitividade do país; e 3)
106 Processos críticos para o desenvolvimento das políticas públicas do próprio ministério.
107
108 Informou que, a licitação para contratação da consultoria foi feita por lotes de
109 ministérios que tivessem algum tipo de afinidade, priorizando a capacidade técnica de
110 entrega da empresa vencedora. A SEP está no segundo lote junto com a ABIN, AGU,
111 MMA, Secretaria Geral/PR, Aviação Civil, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria
112 de Mulheres, em que a vencedora foi a Tothos.
113
114 Proposta é que, conforme já tratado com Coordenador Eduardo Xavier, a consultoria
115 possa identificar os processos e ver em que o Ministério do Planejamento participará,
116 quanto órgão central, chamando os ministérios e pautando, para auxílio da consultoria, os
117 processos mais relevantes e complexos.
118
119 3.2.3 O representante da **Casa Civil**, Angelino Caputo, informou que a consultoria
120 Deloit é decorrente do grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil. Essa consultoria
121 foi desenvolvida para que tenha, basicamente, dois objetos: o primeiro é "olhar" o
122 processo portuário sob a ótica de quem está no cais do porto, definindo quais as etapas e
123 por quais intervenientes a carga passa desde o momento em que o navio se aproxima
124 para deixar a carga, até o momento da liberação para o importador; O segundo objeto é
125 olhar a Companhia Docas, enquanto estrutura organizacional, se ela está adequada para
126 receber essa operação. Identificando, assim, o processo portuário e passando uma série
127 de recomendações aos órgãos intervenientes.
128
129 A consultoria da Deloit abrangerá três Companhias Docas: CODESP, CDRJ e CDP.
130
131 3.2.4 O representante do **Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio**
132 **Exterior**, André Fávero, informou que o Portal Único de Comércio Exterior é
133 totalmente complementar ao trabalho de mapeamento que vem sendo feito pela SEP.
134
135 Recomendou ainda que, se no módulo em que a SEP esteja envolvida já está ocorrendo
136 uma contratação para o mapeamento específico da área portuária, que esse processo seja
137 tocado com a devida participação do MDIC e da RFB, afim de interligar as informações
138 para uma maior integração no futuro.
139
140 3.2.5 Angelino Caputo, complementou que a orientação da **Casa Civil** é que não haja
141 análise de processos separados em cada ministério, mas que haja, mesmo no momento
142 de mapeamento, a participação de todos os órgãos intervenientes.
143
144 3.2.6 O Coordenador da CONAPORTOS, Eduardo Xavier, informou que já houve uma
145 reunião entre o Ministro da SEP e o do MDIC visando a colaboração entre os dois
146 ministérios. Em relação às consultorias, para o Coordenador, podem ser divididas em
147 dois âmbitos: Em cada órgão interveniente que necessite de aprimoramento de
148 processos específicos para atendimento no porto; E, conforme sugerido pelo MPOG,
149 internamente, cada órgão tenha o apoio de uma consultoria que possa levar à unificação
150 dos processos. A ideia é que se pactuem os esforços de cada órgão e, com o MPOG, se



151 construa um planejamento para que todas essas consultorias se encontrem para
152 aprimorar o Porto Sem Papel.

153
154 3.2.7 O Sr. Fernando Fonseca, **ANTAQ**, sugeriu que fosse tomado como
155 encaminhamento, o agendamento das reuniões das equipes dos órgãos, tendo em vista a
156 melhor compreensão do trabalho que está sendo realizado.

157
158 3.2.8 O representante do Ministério da Agricultura, Marcos Pinheiro de Sá, sugeriu que
159 a CONAPORTOS aproveite os trabalhos que já vinham sendo realizados pela
160 VIGIAGRO em outros comitês, para que não haja retrabalho quanto ao mapeamento
161 dos processos do órgão.

162
163 3.2.9 O Coordenador do Comitê Técnico de Modernização Portuária, Tiago Tarocco,
164 propôs que o nivelamento das equipes, referente à contratação das consultorias, seja
165 tratado no âmbito do Comitê, que já vem abordando o tema em seus encontros.

166
167 3.2.10 O representante da Receita Federal sugeriu que os Comitês Técnicos apresentem
168 para aprovação, já na próxima reunião da CONAPORTOS, o Plano de Trabalho das
169 Atividades para 2014.

170 171 **3.3 Escoamento Safra**

172
173 3.3.1 Sobre o Projeto Safra 2014, o Sr. Luís Cláudio Montenegro destacou que hoje a
174 autoridade portuária fica sabendo que o transportador chegou ao Porto quando o mesmo
175 já se apresenta para descarregar. Só então, “starta” o início das operações de
176 desembarço da carga, causando atrasos e, conseqüentemente, acaba gerando filas. A
177 proposta da SEP é a organização do recebimento dessa carga com o agendamento da
178 chegada do embarcador ao porto.

179
180 3.3.2 O representante da ANTAQ destacou que a agência está aplicando uma série de
181 altos de infração aos transportadores que chegam ao porto sem o prévio agendamento.

182
183 O Sr. Fernando Fonseca lembrou, ainda, a deliberação feita na 6ª Reunião da
184 CONAPORTOS, para que o Comitê de Modernização Portuária trouxesse ao
185 conhecimento da plenária os pleitos encaminhados pelo Syndarma.

186 187 **4. DELIBERAÇÃO**

188 189 **4.1 Todos os Comitê Técnicos**

190 4.1.1 Cada Comitê deve apresentar, na próxima reunião da CONAPORTOS, seu Plano
191 de Trabalho para 2014.

192 193 **4.2 Comitê Técnico de Modernização Portuária**

194 4.2.1 O Comitê convocará reunião para tratar da consultoria que está em fase final de
195 contratação na SEP. A análise do escopo se juntará aos processos já mapeados e terá a
196 participação da equipe do Ministério do Planejamento, afim de entender como se dará a
197 segunda participação das consultorias internas dos órgãos e, a partir daí, estabelecer
198 metas aos ministérios.

199 200 **4.3 Atas / Resoluções**

201 4.3.1 Aprovada a Ata da 6ª Reunião da CONAPORTOS.



202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228

5. INFORMES

5.1 Referente ao Porto 24 Horas, o Coordenador informou que, para melhor instruir sobre a necessidade de se manter os portos funcionando em regime de 24 horas, a SEP solicitou à Associação de Exportadores do Comércio Brasileiro – AEB que faça um levantamento junto aos seus associados, sobre quais portos necessitariam funcionar em período integral e se há necessidade do funcionamento nesse regime nos portos já implantados. As informações, somadas aos depoimentos dos representantes da Sociedade Civil, embasarão as decisões que serão tomadas nas próximas reuniões.

5.2 O Coordenador da CONAPORTOS destacou que está sendo finalizado o processo de inclusão do Ministério dos Transportes como órgão integrante da CONAPORTOS.

5.3 O Coordenador do Comitê Técnico de Modernização Portuária, Tiago Tarocco, lembrou da ausência da Polícia Federal e a necessidade da indicação dos representantes do órgão para o Comitê.

6. ENCERRAMENTO

6.1 Nada mais havendo a tratar, o Coordenador, às 12h20, agradeceu a presença dos participantes e deu por encerrada a 7ª Reunião Ordinária da CONAPORTOS, da qual lavrou-se a presente ata que, aprovada, será assinada pelos membros da Comissão.

6.2 Esta reunião foi gravada, estando o respectivo registro arquivado junto à Coordenação da CONAPORTOS.

Eduardo Xavier
Secretaria de Portos da Presidência da
República

Angelino Caputo e Oliveira
Casa Civil da Presidência da República

Edson Raimundo Machado
Ministério da Justiça

Luís Antonio Monclaro de Malafaia
Ministério da Defesa – Comando da
Marinha

Gilberto Tragancin
Receita Federal - Ministério da Fazenda


Marcos Eielson Pinheiro de Sá
Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento


Juliana de M. Couto de Almeida
Ministério da Saúde – ANVISA


André Favero
Ministério do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior




Otto Burlier
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão


Fernando J. P. C. Fonseca
Agência Nacional de Transportes
Aquaviários

229
230
231
232

Brasília, 17 de março de 2014.